

Eurodeputada Maria da Graça Carvalho considera

Empresas portuguesas devem obter mais apoios europeus à inovação



"Todas as grandes prioridades da União Europeia, incluindo as transições verde e digital, dependem de uma aposta forte na ciência e inovação", afirma Maria da Graça Carvalho.

A iniciativa "Alargar a participação", que Maria da Graça Carvalho introduziu no Horizonte 2020 enquanto relatora principal no Parlamento Europeu, contribuiu para que Portugal fosse, pela primeira vez, um beneficiário líquido do programa. Para voltar a ter um aumento de participação no Horizonte Europa, é preciso que o país tenha a capacidade de "consolidar os ganhos registados no Horizonte 2020".

Ao duplicar os apoios obtidos pelas empresas e universidades em concorrência direta com outros projetos europeus, Portugal revelou capacidade para se tornar mais competitivo através da inovação.

Através do Horizonte Europa – programa gerido de forma direta pela

Comissão Europeia, sem intervenção dos governos nacionais – as empresas portuguesas têm mais recursos disponíveis e novas oportunidades de incorporar mais inovação nos produtos e serviços que colocam no mercado.

Vida Económica - Considera adequado o orçamento do Programa Horizonte com um aumento dos recursos disponíveis, apesar da perda da contribuição do Reino Unido?

Maria da Graça Carvalho - O Horizonte Europa será o maior programa de investigação científica e inovação do mundo, com um orçamento global de 95,5 mil milhões de euros. Isto corresponde a um aumento de 30% em relação ao Horizonte 2020, se considerarmos as contribuições de 27 países. Se tivessem sido 28 contribuidores, incluindo o Reino Unido, o valor global seria necessariamente superior. O Parlamento, inicialmente, apontou para valores superiores, da ordem dos 120 mil milhões de euros, e era esse o acordo que gostaríamos de ter visto fechado. Claro que percebemos as circunstâncias. Diria que este é o valor estritamente necessário, tendo em conta que todas as grandes prioridades da UE, incluindo as transições verdes e digital, dependem de uma aposta forte na ciência e inovação. O Reino Unido, refira-se, continuará a participar no Horizonte Europa, tal como outros países terceiros, sendo que as suas contribuições irão somar-se a estes valores globais.

VE - Como avalia a participação de Portugal no Horizonte 2020?



MGC - O Horizonte 2020 representou um marco para Portugal, porque o país aumentou significativamente a sua participação, passando pela primeira vez a ser beneficiário líquido. Ou seja: a receber do programa-quadro mais do que injetou no mesmo. E esse passo foi importantíssimo. Muitos dos bons exemplos de dinamismo de novos investigadores e novas empresas na área das tecnologias, de inovação industrial, de transferência de tecnologia das universidades para as empresas, que foram sendo revelados nos últimos anos, são o resultado direto dessa mudança de paradigma.

O grande aumento ficou a dever-se à possibilidade de serem criadas parcerias externas, num programa chamado “Alargar a participação”, que introduzi no Horizonte 2020 quando fui relatora do programa.

VE - Através das orientações que introduziu enquanto relatora principal foi conseguido um maior equilíbrio entre os grandes países e pequenos países?

MGC - Sim. Um dos problemas que geralmente afetavam as instituições de países de menor dimensão eram os custos e a carga burocrática envolvidos na candidatura aos programas europeus. Isso levava a que as grandes universidades, empresas e centros de investigação europeus, com máquinas bem oleadas para ultrapassarem os trâmites das candidaturas e dinheiro para investir nas mesmas, partissem sempre em vantagem. No relatório da agenda estratégica do Horizonte 2020 procurei ajudar a criar condições para que todos pudessem participar, simplificando procedimentos e, através de iniciativas como a “Alargar a participação”, dando mais oportunidades aos países que estavam abaixo da média em termos de participação no programa. Isso acabou por beneficiar países como Portugal.

“Aumentar a participação seria o ideal”

VE - É provável um aumento da participação de Portugal no Horizonte?

MGC - É muito importante, antes de mais nada, que o país seja capaz de consolidar os ganhos registados no Horizonte 2020. Um retrocesso seria muito negativo, até porque o Horizonte Europa será crucial para as transformações societárias de que a União Europeia precisa. Não podemos perder esse comboio, como já perdemos outros no passado. Aumentar a participação seria o ideal. Será possível se as diferentes partes interessadas forem capazes de se mobilizar nesse sentido, e se os governos nacionais assumirem o desafio de facilitar essa mobilização, eliminando barreiras burocráticas e alavancando as verbas comunitárias. Há determinadas áreas do programa-quadro nas quais o país pode ainda evoluir muito, nomeadamente nas parcerias europeias, muito ligadas à indústria.

VE - O maior contributo para esse aumento irá ser dado pelas universidades ou pelas empresas?

MGC - As universidades evoluíram muito na sua participação ao longo dos diferentes programas-quadro. As empresas, nomeadamente o setor industrial, ainda estão muito aquém desses desempenhos. Seria desejável que fosse por aí que se desse o grande salto no Horizonte Europa, até porque isso significaria que estaríamos a construir um país mais orientado para uma economia baseada no conhecimento e na inovação.

VE - Tendo em conta que os critérios de análise dos projectos de inovação e I&D são muito seletivos e os níveis de excelência são elevados, tem havido bons projetos no Horizonte 2020 que não podem ser financiados? Em

alternativa, seria possível prever menos apoios a fundo perdido e mais incentivos através dos instrumentos financeiros, com envolvimento dos bancos, à semelhança do que tem acontecido em outras áreas, para se conseguir um efeito de alavancagem dos recursos da Comissão Europeia?

MGC - É preciso referir que, mesmo em termos de financiamento comunitário, existem alternativas. No Horizonte 2020 foi introduzido por mim o selo de excelência para projetos com boa avaliação, mas que não conseguiram financiamento. Estes projetos, desde que alinhados com as prioridades definidas, podiam aceder a fundos regionais, sujeitando-se a novos processos de avaliação bastante mais simples mediante a apresentação do selo. Esta alternativa mantém-se no Horizonte Europa. Em relação à hipótese que refere, o Horizonte 2020 contemplava também um instrumento financeiro, o InnovFin MidCap Guarantee, dedicado especificamente a apoiar as empresas inovadoras, através de um sistema de empréstimos parcialmente garantidos pelo Banco Europeu de Investimento. Esse sistema foi aplicado em Portugal através de um acordo celebrado entre o BEI e várias instituições bancárias nacionais, permitindo apoiar muitas pequenas e médias empresas e “mid-caps” portuguesas.

**Maria da Graça Carvalho é a relatora
da nova geração de parcerias europeias**

“As parcerias serão importantíssimas para a concretização das metas europeias em áreas como o clima, a digitalização e a saúde”, considera Maria da Graça Carvalho.

A eurodeputada do PSD foi nomeada relatora da posição do Parlamento Europeu sobre a nova geração de parcerias europeias, no âmbito do programa-quadro Horizonte Europa. Em causa está um conjunto de nove parcerias público-privadas, abrangendo áreas tão distintas como a aviação limpa, o hidrogénio, a economia circular para o ambiente, a ferrovia, os medicamentos inovadores e saúde global, agregadas num único relatório, e ainda uma parceria específica pública-pública referente a sistemas de medida.

Recorde-se que Maria da Graça Carvalho já tinha sido recentemente nomeada relatora da parceria europeia sobre computação de alto desempenho (HPC), um projeto que contempla a instalação em Portugal de um dos novos supercomputadores europeus, passando assim a assumir a responsabilidade de defender a posição do Parlamento Europeu num leque muito alargado de iniciativas, com grande peso no programa-quadro dedicado à investigação científica e à inovação.

Em conjunto com as chamadas “missões”, as parcerias representam cerca de 30% do orçamento do Horizonte Europa, o qual contempla investimentos totais de 95,5 mil milhões de euros entre 2021 e 2027.

Para a eurodeputada, esta nomeação representa “um enorme voto de



TOPO

confiança que me é dado pela Comissão da Indústria, Investigação e Energia do Parlamento Europeu, onde sou vice-coordenadora do grupo do Partido Popular Europeu, mas também uma grande responsabilidade. As parcerias serão importantíssimas para a concretização das metas europeias em áreas como o clima, a digitalização e a saúde”, refere, sublinhando ainda “o papel muito importante que terão na transição industrial da União Europeia”.

Portugal passa de contribuinte líquido no 7º Programa Quadro...

	Projetos PT	Financiamento PT (M€)
2007	270	78
2008	185	47
2009	211	66
2010	206	59
2011	256	78
2012	303	110
2013	357	127
TOTAL	1788	565 M€
	contratos	

... a beneficiário líquido no Horizonte 2020

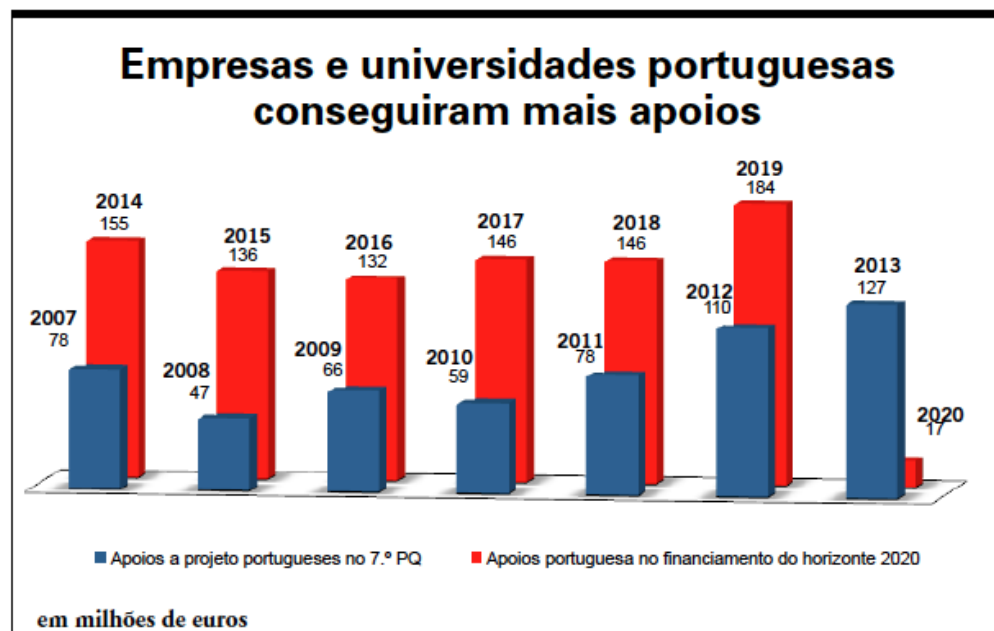
	Projetos PT	Financiamento PT (M€)
2014	334	155
2015	295	136
2016	324	132
2017	332	146
2018	377	190
2019	380	184
2020	313	17
TOTAL	2355	1117,34 M€
	Contratos	

Primeiro marketplace digital europeu para a indústria do metal e plásticos tem tecnologia portuguesa

O Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC) é um dos participantes no projeto europeu MARKET4.0, que tem como objetivo desenvolver uma plataforma online europeia para a comercialização de equipamentos industriais e serviços digitais associados, e ainda testar e demonstrar a importância destes novos canais de vendas em fluxos B2B nos setores do plástico e do metal. A Europa representa 36% do mercado mundial de fabricação de máquinas e

equipamentos. Vender em mercados distantes requer posicionamento nos países de destino, o que implica um longo período de maturação, formação especializada em mercados estrangeiros e significativo esforço humano. A venda de equipamentos online é, por isso, uma solução complementar e útil, que passa agora a estar disponível. O Marketplace está a ser testado em ambiente real, em PME industriais portuguesas, tal como a fabricante de máquinas para o corte e deformação de chapa RICO.





João Luis de Sousa jl Sousa@vidaeconomica.pt | Virgílio Ferreira virgilio@vidaeconomica.pt, 11/02/2021

Notícias Relacionadas

[O campeonato? Mais do mesmo e irreconhecível](#)

[BPI e Fundação "la Caixa" apoiam projetos sociais locais](#)

[Ebury acelera digitalização](#)

[Deutsche Bank sai de perdas](#)

[Santander descarta fusões ou aquisições](#)

[MARÍLIA ARAÚJO, DIRETORA D... Esforço de solidariedade reforça capacidade de resiliência da sociedade e economia](#)

[Capitalização bolsista da Euronext Lisbon cai 6,7%](#)

[CMVM disponibiliza modelo de relatório de informação não financeira](#)

[Português padroniza fundos ESG para o Reino Unido](#)

[Obrigado, Alemanha](#)

[Locação de imóveis não habitacionais – alinhamento entre a AT e o TJUE](#)

[Tratamento contabilístico no "Programa APOIAR"](#)





